

AO COMITÊ GESTOR DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CGAI

ASSUNTO: **PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO NEGADO PELO MUNICÍPIO DO RECIFE**

(Nome Ocultado), na qualidade de solicitante, vem mui respeitosamente e dentro do prazo legal, com fundamento na Lei **12.527 de 18 de novembro de 2011**, interpor **RECURSO**, o que o faz, requerendo sejam suas razões, em anexo, recebidas e encaminhadas à Superior Instância, para que delas tome conhecimento e lhes dê provimento.

RAZÕES DO RECURSO

Na primeira instância, a CGM não apresentou resposta ao pedido de Recurso nº **20170026801020533 no prazo de 05 dias**, apresentado em 21 de setembro de 2017, como previsto no art.15, Parágrafo Único da **Lei 12.527/2011**:

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias

Nos termos da Lei, decorrido o prazo, remete-se o pedido de Recurso à CGAI. Ocorreu que, o acesso para envio do documento de Recurso está bloqueado, constando a seguinte informação:

*Caro usuário: Seu recurso está em análise. Enquanto **não houver resposta, não é possível recorrer. A resposta do 1º Recurso será enviada por e-mail, em até 05 (cinco) dias, contados do dia seguinte ao do seu protocolo. A interposição do 2º Recurso ficará liberada pelo prazo de 10 (dez) dias, após o envio da resposta do 1º Recurso***”

Claramente, as informações violam a **Lei 12.527\2011**, quando o **prazo para resposta do recurso já não existe.**

Diante do exposto, por estar impedida de recorrer à Segunda Instância, solicito à CGAI, conforme art. 14 Lei nº 17. 866 de 15 de maio de 2013, aceitar pedido de recurso contra a resposta da Controladoria Geral do Município, que aduziu o pedido de informação como **reclamação\denúncia.**

A negativa do Acesso à Informação pela CGM, violam os direitos fundamentais, protegidos pela legislação, como expresso no art. 4º, incisos I e II da Lei 12.527 \ 2011:

Art. 4o Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - Documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

Nenhuma razão existiu para o indeferimento do pedido, uma vez que a informações é sobre atividade de órgão público, Unidade de Perícia Médica, referente ao serviço de marcação de Perícia médica, fazendo-se sim necessária, porque não é disponibilizado na consulta online, do Portal da Transparência, no sítio oficial (Website) do Município.

Ressalta-se que a consulta sobre a atividade exercida pelos órgãos públicos é legalmente garantida, nos termos do art.7º, inciso V da Lei 12.527 \ 2011:

Art. 7o O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

V - Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

É indiscutível que, devido à ausência de informação no Portal da Transparência, o pedido de informação Protocolo nº **20170026801020533** deve ser aceito.

A administração pública, guiada pelos princípios fundamentais, como expresso na Constituição, deve manter a transparência dos atos da gestão e oferecer condições de

acesso a qualquer cidadão, de acordo com seu livre. Deste modo, o gestor cumpre, objetivamente, o que preconiza o art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988:

“Todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Nesse contexto, a publicidade das vagas e horários de atendimento dos peritos, para agendamento, tem o condão de garantir os direitos fundamentais, previsto constitucionalmente.

A população tem o direito de saber, de acordo com o livre interesse, se o órgão público, está oferecendo plena igualdade de condições de acesso ao serviço público, como garantido no art. 5º da Constituição Federal de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

De tudo isso se deduz, abuso do direito público, ao excluir do escopo da Lei de Acesso à Informação – LAI o pedido de informação Protocolo nº **20170026801020533**, **considerando-o** como **reclamação\denúncia**, porque não se trata de denúncia, mas de pedido de acesso à informação

Ora, entende-se perfeitamente, que o objeto do pedido, são **documentos, planilhas de marcações de Perícias, do período de setembro de 2017, do órgão da Junta Médica Municipal**, cujo conteúdo material expresse sejam: **vagas disponíveis por dia, dia dos agendamentos dos servidores ao ligar para realizar o serviço de marcação com registro do nome do atendente, vagas preenchidas com os nomes dos servidores, datas e horários dos atendimentos dos Peritos**

DO PEDIDO

a). Ante o exposto, requer à CGAI, a admissibilidade do presente e o deferimento do pedido de Acesso à Informação- LAI, por estar amparada na LEGISLAÇÃO PÁTRIA.

Termo em que

Pede deferimento.

Recife, 27 de setembro de 2017